FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. _____. Educação como prática da liberdade. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. _____. Pedagogia do Oprimido.

17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PAIVA, Vanilda. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 1973.

PAIVA, Vanilda P. Educação popular e educação de adultos. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1987.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO José E. (org.). Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. 10. ed. São Paulo:Cortez:Instituto Paulo Freire,2008.

NOVAIS, J. G. O Proeja e sua efetividade na inclusão de alunos trabalhadores na

Educação Profissional. Aracaju. Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia (ULHT). 2010

PORCADO, Rosa Cristiana. Os desafios enfrentados pelo educador de jovens e adultos no desenvolvimento de seu trabalho decente. Disponível em < http://www.redalyc.org/pdf/715/71521708003.pdf> acesso 25. Julho 2021

RIBEIRO, Vera Maria Mosagão. Educação de Jovens e Adultos: ensino fundamental proposta curricular. São Paulo: Ação Educativa. 2001.

SOARES, Leôncio (coord.). Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: 2006.

GADOTTI, M. Paulo Freire: uma bibliografia. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire/Unesco 1996.

TORRES, C. A. A práxis educativa de Paulo Freire. São Paulo: Loyola, 1979

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AEE- E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Douglas Silva Gomes

RESUMO:

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a importância da Educação Especial: Deficiência Intelectual, e vem mostrar-nos como as crianças com deficiência intelectual aprendem de uma forma eficaz, frequentando escolas regulares e tendo como instrumento principal a qualidade do processo de ensino aprendizagem. O serviço aos intelectuais é uma política nacional que implementa e organiza o campo do serviço no âmbito da educação especial, tem características neste sentido e define os serviços e as disciplinas de educação especial que participam neste campo. As políticas de Educação desenvolvidas pelos Governos buscam constantemente a redução dessas desigualdades através da conscientização da população quanto aos seus direitos e deveres.

Palavras – Chaves: Educação Especial. Deficiência Intelectual. Aprendizagem.

ABSTRACT:

This work proposes a reflection on the importance of Special Education: Intellectual Disability, and shows us how children with intellectual disabilities learn effectively, attending regular schools and having as main instrument the quality of the teaching-learning process. The service to intellectuals is a national policy that implements and organizes the field of service within the scope of special education, has characteristics in this sense and defines the services and special education subjects that participate in this field. Education policies developed by Governments are constantly seeking to reduce these inequalities by making the population aware of their rights and duties.

Keywords: Special Education. Intellectual Disability. Learning.

1. INTRODUÇÃO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, propõe-se abordar o tema relacionado a importância da Educação Especial com ênfase na Deficiência Intelectual, mostrando como as crianças com deficiência intelectual desenvolvem a aprendizagem de forma eficaz. Propõe uma reflexão sobre a importância da Educação Especial/ Deficiência Intelectual, e vem mostrar-nos como as crianças com deficiência intelectual aprendem de uma forma eficaz, frequentando escolas regulares e tendo como instrumento principal a qualidade do processo de ensino aprendizagem. A reflexão é no sentido de pensar nas mudanças necessárias desde cedo, na educação básica que é o período crítico no processo de desenvolvimento e aprendizagem de crianças com deficiência. O atendimento aos intelectuais se apresenta como uma política pública na implementação e organização dos serviços em educação especial.

O presente trabalho tem como objetivo geral: Refletir sobre as dificuldades que alunos portadores de necessidades especiais podem ter em seu desenvolvimento escolar. Como objetivos secundários: Contextualizar historicamente e legalmente sobre o AEE- Atendimento Educacional Especializado no âmbito escolar. Contextualizar a Deficiência Intelectual no âmbito pedagógico. Apresentar a importância do AEE- Atendimento Educacional Especializado no âmbito escolar e sua contribuição para o desenvolvimento de alunos com deficiência Intelectual.

Este trabalho é justificado pela importância da conscientização e formação dos leitores, pesquisadores pela importância do tema abordado e pouco discutido pela sociedade; como alerta a um problema que vivenciamos constantemente nas escolas. O trabalho é uma simples contribuição para o tão vasto território que ainda pode e deve ser explorado: Educação Especial com ênfase na Deficiência Intelectual. Nesse sentido, descreveu e delineou os serviços e disciplinas de educação especial de que participou nesta sala; considerando que esta abordagem proporciona resultados significativos na área educacional, no sentido de oportunizar ao pesquisador uma visão mais ampla no cotidiano escolar, além de produzir conhecimentos e contribuir para a transformação da realidade estudada.

2. O AEE- ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

De acordo com a Secretaria de

Educação Especial (SEESP), a ação pedagógica deve ser norteada por princípios específicos: normalização, integração e individualização. Teoricamente, esses princípios, dentre outros, devem estar interligados durante o processo de inclusão. A ideia de normalização é vista como base filosófico-ideológica da integração e consiste em:

[...] oferecer aos portadores de necessidades especiais as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais a que outras têm acesso [...] respeitando-se as características pessoais, normalização significa aceitar a maneira desses indivíduos viverem, com direitos e deveres (MEC/SEESP,1994, p.16).

Campos (2008), diz que: “a educação com qualidade, para os movimentos sociais reivindicavam a qualidade da educação entre o decorrer dos anos, pois os participantes tinham dificuldades de perceber as nuanças dos projetos educativos que s instituições de ensino desenvolviam”.

Uma das inovações introduzidas pela Política Nacional de Escolas Especiais (2008) em relação à educação inclusiva é o serviço escolar especial - AEE, que é um serviço escolar especial que: “[...] identifica, prepara e organiza a educação e Acesso a recursos, atendendo às necessidades específicas dos alunos, dificultando a sua plena participação " (SEESP/MEC, 2008.p.18)

Entretanto, o Atendimento a Educacional Especializado que por muito tempo restringiu-se a um ensino paralelo, aos poucos vem redimensionando seu papel, atuando no atendimento direto desse aluno na rede escolar regular dentro do processo de ensino aprendizagem.

De acordo com Mittler, este conceito de inclusão envolve um jeito de pensar fundamental diferente sobre as origens da aprendizagem e as dificuldades de comportamento. Em termos formais estamos falando sobre uma mudança de ideia de defeito para um "modelo social". (MITTLER, 2003).

O processo de aprendizagem e ensino de crianças pré-escolares com ou sem deficiência é realizado no processo de respeito, diálogo e troca de experiências, pois se os educadores puderem proporcionar aos seus alunos um ambiente de aprendizagem saudável, estimulante e de apoio, eles não o farão. Deficiências ou diferenças no ambiente escolar, mas haverá práticas pedagógicas diferenciadas. “A socialização das crianças não apenas ativa e realiza suas funções psicológicas, mas também é a fonte do comportamento condicional histórico. (...)” (VYGOTSKY, 1989, p.109).

Por isso, é muito importante formar os professores para a aprendizagem ao longo da vida, para que tenham o apoio necessário para mudar as práticas retrógradas e retomar o processo de ensino e aprendizagem.

Considerando a proposta de educação inclusiva opção brasileira referendada em suas políticas educacionais, entendemos que o movimento de reorganização da escola tem que começar na educação infantil por ser esta, conforme prescrito na lei, a primeira etapa da educação.

O principal motivo para a realização do AEE na própria escola é a possibilidade de que suas necessidades educacionais específicas possam ser solucionadas, discutidas e articuladas no cotidiano escolar e com todos que atuam na rede escolar geral e / ou especial. Alunos com formação comum:

Se o PREPA for realizado nesta situação, os pais podem vivenciar um desenvolvimento inclusivo e uma experiência de aprendizagem para seus filhos, sem a necessidade de atividades extracurriculares.

A Educação Especial ocupa-se do atendimento e da educação de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas.

2.1. OS DESAFIOS DA INCLUSÃO

Segundo o dicionário Aurélio “desafios em termos gerais são as dificuldades, impedimentos e barreiras”.

Os desafios estão presentes constantemente na vida do cidadão, que tem que lutar cada dia mais para obter seu espaço no mercado de trabalho, e na sociedade como um todo. A criança portadora de necessidade especial, também enfrenta desafios que as colocam muitas vezes às margens da sociedade. Pois ao longo da história, elas foram descriminadas, segregadas e afastadas da convivência com outras pessoas consideradas “normais”, nas suas casas, nos asilos, nas clínicas e abrigos.

Portanto, o grande desafio para construirmos uma Educação realmente Inclusiva é o fato de vivermos em uma sociedade excludente.

Conforme David Rodrigues “Organismos internacionais nomeadamente as Nações Unidas e a UNESCO, têm produzido declarações que indicam que a

Educação Inclusiva (EI) é não só uma possibilidade, mas um direito dos alunos”.

A Educação Inclusiva é uma longa e árdua caminhada, mas para que ela se concretize cabe a nós educadores darmos o primeiro passo, com práticas pedagógicas diferenciadas, oferecendo condições que favoreçam o desenvolvimento moral e social destes alunos.

O termo “especial” ainda está focalizado no alunado com necessidades especiais, quando na verdade “especial” deve ser a Educação oferecida a todos que tenham necessidades educacionais especiais. Isso deve garantir um serviço especializado que possibilite a aprendizagem desses alunos dentro de suas limitações. São muitas as dificuldades, por isso devemos lutar para garantirmos a todos as mesmas oportunidades, não só no ensino, mais também no trabalho, esporte e lazer, enfim devemos buscar a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, respeitando o direito constitucional que fora garantido a todos.

3. A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ÂMBITO PEDAGÓGICO

A prática pedagógica tem sido analisada ultimamente no sentido de superar ações que eram baseadas no cuidar, promovendo reflexões sobre seu papel de educar. No entanto, práticas pedagógicas arraigadas em um modelo educacional assistencialista e excludente não se modificam por decreto.

Concepções precisam ser modificadas na busca desse ideal. Além da mudança conceitual sobre o papel da educação infantil no desenvolvimento global e integral da criança, quando falamos de construção de escola inclusiva temos que pensar também em uma mudança conceitual sobre a quem a escola se destina. Há que se permitir que a convivência estabeleça relações de percepção capazes de levar às mudanças con-

ceituais necessárias.

Avaliar é sempre um processo complexo, pois envolve o julgamento de alguém sobre algo, no caso, o julgamento do professor sobre as condições de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual; por conseguinte, por mais que queiramos ser objetivos, é um processo permeado pela subjetividade daquele que observa ou avalia. Isso quase nos obriga a buscar parâmetros ou indicadores que possam centrar a atenção do avaliador em alguns pontos específicos e, na escola, a avaliação pedagógica deve ter como referência a aprendizagem, a qual se sustenta na proposta curricular delineada no Projeto

Político-Pedagógico de cada escola. “Os educadores deveriam reinstaurar a pedagogia como o eixo nuclear quando se trata de responder às necessidades dos alunos” (GONZÁLEZ, 2002, p.111), pelo fato de, na atualidade, buscar-se compreender o processo de aprendizagem do aluno e levantar suas necessidades educacionais especiais, as quais precisam de respostas educativas adequadas, a serem construídas pela escola. Aqui se observa, desse modo, uma importante mudança de foco de análise: da deficiência para as necessidades educacionais provenientes dela.

No entanto, temos que cuidar para não restringir ou limitar a ideia de pedagogia e mais especificamente de currículo, como se fosse apenas o somatório ou o conjunto de conteúdos disciplinares a serem aprendidos pelos alunos. Não! É preciso apreender o sentido do currículo, alargando nosso entendimento sobre ele, principalmente na perspectiva de uma escola inclusiva, visto que será o currículo que nos dará sustentação para que não percamos o foco do trabalho na escola e sua função específica, de possibilitar às gerações mais novas a apropriação do conhecimento acumulado pela história e pela cultura dos homens, que estão sintetizados nos conteúdos curriculares. Contudo, esse é o foco da classe comum. É o professor da classe comum que deve ser capaz de avaliar as competências do aluno com deficiência intelectual quanto aos conteúdos escolares. E o professor do AEE, o que avalia? Qual seu foco? Como buscar parâmetros para não se correr o risco de centrar-se na deficiência, em vez de se centrar se no processo pedagógico?

Antes mesmo de nos debruçarmos nessa questão, é indispensável mencionar que a avaliação deve se caracterizar como um processo compartilhado, de múltiplas dimensões e no qual todos da escola devem se envolver. Não se trata de isolar a avaliação nesse ou naquele contexto, mas de olhar para o aluno de forma integral, considerando-se todos os espaços educacionais compartilhados. Portanto, como já anunciado pelo próprio Ministério da Educação de nosso país (BRASIL, 2003), devem ser avaliados, ao menos, três âmbitos: o educacional (escola e ação pedagógica), o aluno (nível de desenvolvimento e condições pessoais) e a família (ambiente e convívio familiar).

E também insiste na premente necessidade de uma avaliação

abrangente, que considere a instituição escolar (conhecimentos prévios sobre o aluno, recursos e materiais específicos, definição de cronograma de ações), a ação pedagógica (a sala de aula, os recursos e materiais de aprendizagem, as estratégias metodológicas) e o aluno (suas características funcionais e suas competências curricu-

lares).

Entender a deficiência intelectual e como ela acontece é essencial para poder desenvolver um trabalho competente, criando novas metodologias e estratégias de ensino voltadas a esse público que está cada vez mais inserido no sistema regular de ensino.

A educação não pode continuar ignorando o que acontece a sua volta, aniquilando e marginalizando as diferenças nos processos através dos quais, forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica em saber expressar, dos mais variados modos, o que sabemos representar o mundo, a partir de nossas origens, valores, sentimentos. A inclusão ainda enfrenta muitas barreiras e tem caminhos para percorrer, o importante é que isto já se iniciou e, no futuro, esperasse que a escola seja um lugar onde não haja discriminação e preconceito, que seja um lugar onde as diferenças e o tempo de aprendizagem de cada um seja valorizado.

4. A IMPORTÂNCIA DO AEE- ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O AEE complementa ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncional. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola.

Na sala de recursos multifuncionais, os alunos são atendidos pelo público-alvo da educação especial, o que está definido na Política Nacional de Educação Integral Escolar Especial e no Decreto nº 6.571 / 2008.

O principal motivo para a realização do AEE na própria escola é que suas necessidades educacionais específicas podem ser resolvidas e discutidas no cotidiano escolar e estão mais intimamente ligadas a todos que atuam na rede geral e / ou especial. Alunos de um ambiente de aprendizagem compartilhado Após a implementação do PREPA nessa situação, os pais podem proporcionar às crianças um desenvolvimento inclusivo e uma experiência de aprendizagem sem a necessidade de serviços extracurriculares.

O processo de ensino e aprendizagem de crianças pré-escolares com ou sem deficiência se dá no processo de respeito, diálogo e troca de experiências, pois se os educadores puderem proporcionar aos seus alunos um ambiente de aprendizagem saudável, estimulante e solidário, não haverá ambiente escolar; desvantagens ou diferenças, mas haverá práticas de ensino diferenciadas. Portanto, é muito importante treinar o professor para a aprendizagem ao longo da vida, para que ele tenha o suporte necessário para mudar práticas retrógradas e reconstruir o processo de aprendizagem. E aprender. “A socialização infantil não só ativa e realiza suas funções psicológicas, mas também é fonte de determinação histórica do desenvolvimento comportamental (...)” (VYGOTSKY, 1989, p.109).

Conforme Arroyo (1998),

[...] nada justifica, nos processos educativos, reter, separar crianças, adolescentes ou jovens de seus pares de ciclo de formação, entre outras razões, porque eles aprendem não apenas na interação com os professores-adultos, mas nas interações entre si. Os aprendizes se ajudam uns aos outros a aprender, trocando saberes, vivências, significados, culturas.

(ARROYO, 1998, p. 41)

Na interação e socialização surge a percepção da individualidade. Onde o professor irá criar situações de aprendizagem adequadas às necessidades de cada criança. O professor deve considerar as habilidades, preferências, perfil emocional e cognitivo, necessidades de apoios nas diversas áreas do desenvolvimento. É necessário perceber e preparar instrumentos para lidar com a diversidade e promover o nível máximo de autonomia e independência de cada criança. Assim, vemos o quanto é importante que se estabeleça vínculos adequados desde os primeiros contatos com o aluno deficiente, o trabalho do professor irá favorecer os caminhos para a autonomia e independência do aluno, olhar o aluno além de suas limitações, favorecer um ambiente inclusivo, dando condições que sejam estabelecidas trocas entre todos, pois todos estarão envolvidos no processo de ensino/aprendizagem, por meio dos contatos, da comunicação, do afeto, da experimentação e de instrumentos pedagógicos adequados a cada aluno. (SANTOS, 2000).

Fazendo o ambiente ser um local de construção do conhecimento para todos, conforme estabelecem as leis. Está previsto na Constituição de 1988 o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, para o que antes era definido como Educação Especial e todas as suas formas de intervenção.

Em seu Artigo 208, a Constituição determina que esse atendimento ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino. Segundo Batista, (2006): É importante esclarecer que esse atendimento refere-se ao que é necessariamente diferente da educação em escolas comuns e que é necessário para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, complementando a educação escolar e devendo estar disponível em todos os níveis de ensino.

O “preferencialmente” na rede regular de ensino significa que esse atendimento deve acontecer prioritariamente nas unidades escolares, sejam elas comuns ou especiais devidamente autorizadas e regidas pela nossa lei educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial ocupa-se do atendimento e da educação de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas. É organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. Onde profissionais especializados como educador físico, professor, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional trabalham e atuam para garantir tal atendimento.

A escola das diferenças aproxima a escola comum da Educação Especial, porque, na concepção inclusiva, os alunos estão juntos, em uma mesma sala de aula. A articulação entre Educação Especial e escola comum, na perspectiva da inclusão,

ocorre em todos os níveis e etapas do ensino básico e do superior. Sem substituir nenhum desses níveis, a integração entre ambas não deverá descaracterizar o que é próprio de cada uma delas, estabelecendo um espaço de intersecção de competências resguardado pelos limites de atuação que as especifica.

A educação inclusiva é um processo em pleno desenvolvimento, sujeitando de reflexões e especialmente ações concretas para alcançar a práticas eficientes. Entretanto, é inegável o avanço da educação inclusiva historicamente, conforme reparado pelo presente estudo, a promoção do acesso educacional a todos os indivíduos, a Declaração de Salamanca e a LDB que abriram portas para as pessoas com NEE em prol da inclusão de uma sociedade mais justa. Contudo, é questionável o alcance de tais iniciativas e legislação vigente quando se pretende analisar a qualidade da educação ofertada.

No desenvolvimento deste trabalho, buscou-se refletir sobre uma perspectiva histórico cultural do desenvolvimento humano com base, notadamente, nos estudos defectológicos de L.S. Vygotsky. Enfatizando o processo de inclusão de alunos com Deficiência Intelectual (DI), no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da sala de aula regular, buscando compreender a necessidade de um possível diálogo entre as práticas desenvolvidas pelos docentes que atuam nestes espaços.

Supomos que entender como o AEE se efetivava dentro da escola seria importante no processo de entendimento de como políticas educacionais se materializavam no dia-a-dia de uma escola regular da rede pública de ensino.

No que se refere à Escola Incluir ficaram evidentes os seguintes aspectos no tocante à prática do AEE e da sala regular no processo de inclusão de alguns alunos com DI: O currículo ainda é pautado em um processo de ensino homogêneo, no qual as crianças devem se aproximar ao máximo dos níveis de sucesso escolar.

A escassez de materiais pedagógicos dificulta e em alguns momentos inviabiliza práticas diferenciadas, propostas pelos docentes. A estrutura física da escola interfere nas práticas pedagógicas por não possibilitar uma arquitetura que estimule a autonomia do aluno.

A incipiente comunicação entre os docentes dificulta a troca de experiências, o que consideramos ser digno de destaque dentro em escolas inclusivas, por ser a partir do outro que eu construo minha própria identidade, com seu auxílio e experiência. Isto cabe não apenas ao desenvolvimento dos alunos, mas a um aperfeiçoamento das práticas docentes.

Entretanto, percebe-se um esforço, por parte dos docentes tanto do AEE, como da sala regular, de uma prática pedagógica inclusiva, embora, ainda, pareça um processo difícil de concretização.

A perspectiva da política educacional é possibilitar as crianças com DI matriculadas no ensino regular a possibilidades de se frequentar o AEE, com objetivo de desenvolver o que não é trabalhado na sala regular. Se a matricula no ensino regular é critério para que o aluno possa ter sua matricula no AEE, o contrário não acontece, sendo assim, este não é um serviço obrigatório, mas uma opção da família.

Com isto afirma-se que alternativas

como o AEE parecem inseridas em um conjunto de medidas que a escola toma a partir das condições possíveis, nem sempre as mais adequadas. A sala de AEE, embora auxilie o desenvolvimento das crianças com DI, colaboram para que a escola afirme a necessidade de separação entre os normais e os diferentes. Em suma, os objetivos aqui estipulados foram alcançados de forma satisfatória, colaborando para processo de inclusão e acompanhamento das salas de AEE no processo de ensino aprendizagem escolar das crianças com deficiência.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Ofício de Mestre: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 1998.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. [2. ed.] / Cristina Abranches Mota Batista, Maria Teresa Egler Mantoan. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL, Ministério da educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.

Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEESP/SEF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para a educação, capacitação e recreação para a pessoa com deficiência física - recursos pedagógicos adaptados. Brasília: MEC/SEESP,2006.

BRASIL. Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007>. Acesso em: 13 de Março. 2021.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Inclusão ,,- Revista da Educação Especial. Brasília: MEC/SEF, 2008.

FERREIRA, Windyz B. Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº 40.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SEESP - Secretaria de Educação Especial.

Educação Inclusiva – 4 volumes, Brasília, 2004.

_____ Atendimento Educacional Especializado - Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado – Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas, Brasília, 2007.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SACRISTÁN, J. G. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, A. Profissão Professor. Portugal:

Porto Editora, 1995.

SANTOS, J. B. A dialética da exclusão/inclusão na história da educação de

‘alunos com deficiência’. Revista da FAEE-BA- Educação e

Contemporaneidade, Salvador, v. 11, nº 17, pp.27-44, jan/jun, 2002.

SANTOS, M.P. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: consequências ao sistema educacional brasileiro. In Integração: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial. Ano 10- no. 22/2000.

A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS PARA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Douglas Silva Gomes

RESUMO:

Este artigo se dedica à importância dos jogos como ferramenta no processo de jogos educativos infantis. A partir dos exercícios, os jogos também são vistos como uma excelente ferramenta para desenvolver a auto expressão, manter o equilíbrio e a autogestão desde a primeira infância. Respeito e autoconsciência e um poderoso meio de integração social. Os jogos são ferramentas que devemos utilizar no dia a dia escolar para gerar conhecimento, aprendizagem e todos os aspectos, incluindo cognição, aspectos psicomotores e psicológicos. Pesquise livros impressos e PDF, artigos e TCC em sites de pesquisa acadêmica (como Scielo e Google Scholar).

Palavras-chave: Desenvolvimento. Aprendizagem. Brincar

ABSTRACT:

This article is dedicated to the importance of games as a tool in the process of children's educational games. From the exercises, games are also seen as an excellent tool to develop self-expression, maintain balance and self-management from early childhood. Respect and self-awareness and a powerful means of social integration. Games are tools that we must use in everyday school life to generate knowledge, learning and all aspects, including cognition, psychomotor and psychological aspects. Search for print and PDF books, articles and TCC on academic research sites (such as Scielo and Google Scholar).

Keywords: Development. Learning. Play

1. INTRODUÇÃO

O presente tema surgiu da necessidade de atrelar o pedagógico com a necessidade de o educado continuar fase do brincar com significado. “O trabalho que desenvolveremos; ‘‘A importância do brincar para desenvolvimento e alfabetização da criança”; discute o brincar como ferramenta pedagógica na alfabetização da criança e tem como problema, entender os aspectos favoráveis que o brincar pode proporcionar às crianças, perceber as formas de interação do brincar com os demais eixos da alfabetização, ou seja, brincando pode auxiliar em diversas atividades pedagógicas.

Sabemos que antigamente, a criança não tinha direito de escolha nem espaço, os adultos não aceitavam a criança como um ser pensante, não era importante a infância, as brincadeiras; hoje sabem que são de extrema importância na vida e desenvolvimento de uma criança, o lúdico.